



ENTREVISTAS DE NUREMBERGA

ENTREVISTAS
DE
NUREMBERGA

CONDUZIDAS POR
LEON GOLDENSOHN

ORGANIZAÇÃO E INTRODUÇÃO DE
ROBERT GELLATELY

Tradução de Raquel Mouta

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXIV

ÍNDICE

© 2006, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A, Loja 2
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: tintadachina@netcabo.pt

Entrevistas © 2004, The Estate of Leon N. Goldensohn
Introdução © 2004, Robert Gellately

Título original: *The Nuremberg Interviews — An American Psychiatrist's
Conversations With the Defendants and Witnesses*

Autores: Leon Goldensohn e Robert Gellately

Tradução: Raquel Mouta

Revisão: Paula Almeida

Capa: Vera Tavares (com imagem de
Hermann Goering, © Holocaust Memorial
Museum, EUA

Composição: Vera Tavares

1.ª edição: Outubro de 2006

ISBN 972-8955-15-4

Depósito Legal n.º ????????/??

INTRODUÇÃO: Nuremberga — vozes do passado 9

Como se obtiveram
e preservaram as entrevistas de Nuremberga 37

PARTE I — ARGUIDOS

Karl Doenitz	41
Hans Frank	59
Wilhelm Frick	85
Hans Fritzsche	93
Walther Funk	125
Hermann Goering	153
Rudolf Hess	191
Alfred Jodl	193
Ernst Kaltenbrunner	195
Wilhelm Keitel	215
Constantin von Neurath	229
Franz von Papen	235
Joachim von Ribbentrop	243
Alfred Rosenberg	259

Fritz Sauckel	267
Hjalmar Schacht	281
Baldur von Schirach	303
Albert Speer	319
Julius Streicher	321

PARTE II — TESTEMUNHAS

Erich von dem Bach-Zelewski	337
Kurt Daluege	349
Sepp Dietrich	353
Franz Halder	361
Rudolf Hoess	371
Albert Kesselring	395
Ewald von Kleist	409
Erich von Manstein	433
Erhard Milch	441
Rudolf Mildner	453
Otto Ohlendorf	475
Oswald Pohl	485
Walter Schellenberg	507
Paul O. Schmidt	527

Glossário 549

Notas 551

Índice Remissivo 579

Nota sobre Leon Goldensohn 589

INTRODUÇÃO

Nuremberga — Vozes do Passado

LEON GOLDENSOHN exercia as profissões de médico de clínica geral e de psiquiatra na altura em que o seu país natal, os EUA, entrou na Segunda Guerra Mundial. Em 1943, alistou-se no exército americano e depressa foi destacado para França e para a Alemanha, onde serviu em batalhas do teatro de guerra europeu. Pouco depois do fim da guerra, passou a ser o psiquiatra da prisão de Nuremberga, onde tiveram lugar os primeiros julgamentos dos principais criminosos de guerra nazis. Goldensohn chegou a Nuremberga no início de Janeiro de 1946, cerca de seis semanas depois de se terem iniciado os julgamentos, e lá permaneceu até finais de Julho desse mesmo ano. Dada a sua especialização em psiquiatria, tinha à sua responsabilidade a saúde mental de cerca de duas dúzias de líderes alemães que sobreviveram à guerra e que estavam então a lutar pela vida perante o Tribunal Militar Internacional. Por ser médico e visitar os prisioneiros quase todos os dias, também fazia um acompanhamento cuidadoso dos problemas físicos dos mesmos. Durante o período de sete meses que passou na prisão de Nuremberga, falou frequentemente com muitos dos vinte e um prisioneiros que já lá estavam quando chegou, tendo realizado entrevistas formais e extensas com a maioria deles. Para além disso, entrevistou um grande número de testemunhas da defesa e da acusação, algumas das quais tinham sido importantes funcionários nazis.

Neste livro, publica-se pela primeira vez uma alargada selecção das entrevistas que Goldensohn realizou durante a estada em Nuremberga. Estas entrevistas são um importante contributo para a história dos julgamentos e do Terceiro Reich. O seu carácter único deve-se ao facto de terem sido realizadas de forma sistemática por um entrevistador

formado em psiquiatria, proporcionando um novo testemunho sobre a mentalidade e as motivações dos principais perpetradores nazis.

ANTECEDENTES DOS JULGAMENTOS DE NUREMBERGA

Os julgamentos de Nuremberga surgiram no âmbito de uma série de outras questões políticas e jurídicas, mas são hoje considerados uma referência do direito internacional. No entanto, a sua realização não era de forma alguma inevitável e podia nunca ter chegado a acontecer. Durante a guerra, à medida que os líderes aliados foram tomando conhecimento da dimensão das atrocidades praticadas pelos nazis, Franklin D. Roosevelt (FDR), presidente dos Estados Unidos, Winston S. Churchill, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, e José Estaline, secretário-geral da União Soviética, todos eles consideraram, num ou noutro momento, que a execução sumária seria a resposta mais adequada aos crimes nazis.

Aparentemente, a ideia dos julgamentos terá sido sugerida pela primeira vez pelo ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Viatcheslav Molotov, a 14 de Outubro de 1942. Nessa altura, Molotov escreveu a vários governantes do leste europeu exilados em Londres a respeito da intenção de Moscovo julgar os líderes mais proeminentes do «criminoso governo hitleriano» perante um «tribunal internacional especial»¹. Moscovo sentia-se visivelmente incomodada pelo facto de a Grã-Bretanha não estar disposta a julgar o representante de Hitler, Rudolf Hess, que voara para a Escócia em Maio de 1941, e os soviéticos receavam que os seus aliados pudessem até fazer algum tipo de acordo com a Alemanha. Por seu lado, os aliados ocidentais não se mostravam particularmente inclinados a levar a cabo julgamentos no pós-guerra e, pelo contrário, continuavam a preferir as execuções sumárias. A prioridade imediata era ganhar a guerra.

Todavia, a 1 de Novembro de 1943, os três aliados emitiram finalmente uma declaração conjunta relativamente ao que deveria suceder aos criminosos de guerra — a chamada Declaração de Moscovo. Nesse documento delineavam-se diversos princípios gerais. Por exemplo, a declaração estabelecia que quem tivesse cometido crimes seria enviado para as localidades onde tais crimes tivessem ocorrido, para ser «julgado no local». O julgamento e a sentença seguiriam as leis locais. No entanto, haveria um tratamento diferenciado para os prin-

cipais criminosos de guerra, cujos crimes não podiam ser circunscritos a uma área geográfica específica. A Declaração de Moscovo deixava em aberto o que deveria acontecer exactamente a esses homens: se um julgamento, se uma execução sumária².

As ideias de Churchill sobre o assunto eram tudo menos bondosas. Pensava ele, como afirmou à porta fechada numa sessão do Conselho de Ministros a 10 de Novembro de 1943 (imediatamente anterior à Conferência de Teerão), que fazia sentido elaborar uma lista restrita com os nomes de determinados criminosos de guerra. Acreditava que, actuando com esse grupo de forma sumária, poderia abreviar a guerra, na medida em que os indivíduos identificados passariam a ser figuras isoladas no seu próprio país. Esta estratégia exigia que os Aliados evitassem as complicações dos procedimentos legais, e o próprio Churchill delineara uma lista com os nomes de cinquenta a cem líderes nazis. Depois de a lista ser revista por uma espécie de comité internacional de juristas, os indivíduos em questão seriam declarados fora-da-lei e, logo, tornar-se-iam legalmente alvos para quem os quisesse matar. Para Churchill, a ter lugar um julgamento dos principais criminosos de guerra, o objectivo do mesmo seria verificar a identidade desses fora-da-lei³.

Uma das conversas mais espantosas sobre o tema das execuções sumárias teve lugar num encontro entre Roosevelt, Churchill e Estaline, durante a Conferência de Teerão (de 28 de Novembro a 1 de Dezembro de 1943). Ao jantar do dia 29 de Novembro, Estaline sugeriu de passagem que, se no fim da guerra fossem reunidos e liquidados cerca de cinquenta mil líderes das forças armadas alemãs, o poder militar da Alemanha⁴ seria definitivamente aniquilado. Churchill ficou estarecido com a dimensão do extermínio imaginado por Estaline. Respondeu simplesmente que o parlamento e o povo britânicos nunca aceitariam tais execuções em massa. Mas Roosevelt reagiu de forma mais calorosa à proposta de Estaline, e, quando Churchill se mostrou transtornado (ou pelo menos assim recordou Churchill o caso), FDR afirmou que os Aliados não deveriam executar cinquenta mil, mas «apenas quarenta e nove mil». Elliott Roosevelt, filho do presidente, que também estava presente, entrou na conversa para acrescentar que o exército dos Estados Unidos «daria certamente o seu apoio»⁵.

O rumo da conversa incomodou de tal forma Churchill que este abandonou a sala onde se encontravam, sendo de imediato seguido por Estaline que, de forma jovial, lhe disse estar, obviamente, só a brincar. No entanto, se observarmos os registos de discussões posteriores e

tivermos em conta que Estaline já instigara a liquidação de milhares dos seus concidadãos, muitos dos quais pertencentes ao corpo de oficiais soviético, teremos razões para crer que, se naquela noite Churchill tivesse concordado, poderia ter sido tomada uma importante decisão. Resta saber se esse passo teria ou não culminado num grande número de execuções. Naturalmente, Churchill duvidava que Estaline e Roosevelt estivessem apenas a brincar naquela noite em Teerão. Apesar de se ter deixado persuadir por Estaline a voltar ao jantar, não ficara «completamente convencido de que tudo não passara de zombaria e de que por detrás da conversa não se escondia uma verdadeira intenção»⁶.

No seio do governo americano, existia uma profunda cisão quanto à melhor forma de lidar com os crimes de guerra nazis. A 5 de Setembro de 1944, ergueu-se uma das principais vozes a favor das execuções em detrimento de qualquer tipo de julgamento, quando Henry Morgenthau Jr., secretário do Tesouro, apresentou um plano destinado a colocar a Alemanha em situação de incapacidade permanente. No contexto desse plano, pretendia ver os líderes nazis sumariamente executados, e de forma bem mais próxima da que Estaline mencionara em Teerão do que da mais «modesta» que Churchill tinha em mente. Felizmente, Henry L. Stimson, o secretário da Guerra americano, surgiu como a voz da razão do lado americano.

Stimson, um homem de setenta e cinco anos, não aceitava a ideia de que a economia alemã devia ser desindustrializada ou destruída, supostamente para salvar o mundo de outra guerra, e também se opunha por completo à atitude de Morgenthau em relação aos criminosos de guerra. Pelo contrário, Stimson insistia na necessidade de um processo legal justo, que teria de incorporar «os aspectos rudimentares da Carta de Direitos*». Num memorando de 9 de Setembro de 1944, fez notar que não se tratava de ser duro ou brando com a Alemanha, mas de adoptar um método adequado para lidar com os criminosos nazis. A abordagem devia resultar de «um procedimento cuidadosamente pensado e bem definido». Stimson acreditava que os Estados Unidos deviam participar numa espécie de tribunal internacional que pudesse incriminar os principais responsáveis nazis por ofensas contra «as Leis da Guerra, por terem cometido atrocidades impiedosas e desnecessárias relacionadas com a prossecução da guerra». Stimson fez notar que essas regras haviam sido estabelecidas pelo Supremo

* *Bill of Rights*, no original (n. da t.).

Tribunal dos Estados Unidos e deveriam «constituir a base da acção judicial contra os nazis»⁷.

No entanto, para grande consternação de Stimson, Roosevelt continuou a apoiar Morgenthau — seu amigo pessoal — e a defender a execução sumária, sem julgamento, por parte dos militares. De facto, na sequência da Conferência do Quebec (11 a 24 de Agosto de 1944), Roosevelt e Churchill emitiram uma declaração segundo a qual o processo judicial era inadequado para «arquicriminosos como Hitler, Himmler, Goering e Goebbels». Nas suas próprias palavras: «Para além das enormes dificuldades que implicaria constituir o Tribunal, formular a acusação e reunir as provas, a questão do destino [dos líderes nazis] é política e não judicial. Não poderiam ficar a cargo de juizes, por muito eminentes e instruídos que fossem, as decisões definitivas sobre assuntos como este, que pertencem ao foro da mais abrangente e vital política pública. Esta deve, pois, ser “a decisão conjunta dos Governos Aliados”. Assim ficou expresso na Declaração de Moscovo.»⁸

Roosevelt e Churchill chegaram à conclusão de que, pesadas todas as consequências, seria preferível executar certos líderes nazis sem julgamento, e Estaline também parecia comungar do mesmo ponto de vista. Por isso, durante uma visita a Moscovo em Outubro de 1944, Churchill ficou algo surpreendido ao constatar que Estaline havia mudado de opinião. Tanto ele como outros líderes soviéticos eram agora a favor de um julgamento por um tribunal internacional, tal como originalmente Molotov sugerira. É possível que o próprio Estaline, ao aperceber-se de que Churchill nunca concordaria com o extermínio de dezenas de milhares de membros da elite alemã, tenha passado a preferir a ideia de realizar um julgamento dos principais criminosos de guerra, o que poderia ser usado para fins propagandísticos. Estaline poderá também ter pensado que, ao advogar os julgamentos, conseguiria limpar a sua imagem no Ocidente⁹.

Entretanto, os soviéticos tomavam medidas para acertar as suas próprias contas com os invasores. Depois de libertarem a sua terra do jugo nazi, no Verão de 1943, começaram a realizar os seus próprios julgamentos, inclusivamente de cidadãos soviéticos, pela participação em crimes de guerra nazis. No primeiro desses julgamentos (14 a 17 de Julho de 1943), em Krasnodar, os soviéticos deram a conhecer ao mundo um dos primeiros casos de assassinio em massa de judeus. O julgamento resultou em oito sentenças de morte, executadas em praça pública perante uma multidão avaliada em trinta mil pessoas¹⁰. Em Agosto e

Setembro, seguiram-se mais alguns julgamentos soviéticos de menor dimensão, mas, de 15 a 18 de Dezembro, realizou-se em Kharkov outro grande julgamento público, com um resultado semelhante. Culminou no enforcamento dos arguidos considerados culpados, na praça do mercado, perante uma multidão estimada em cinquenta mil pessoas. O evento foi largamente publicitado através de filmes noticiosos especiais, assim como na rádio e na imprensa. Tais procedimentos fizeram lembrar aos observadores ocidentais, como seria de esperar, os julgamentos encenados que caracterizaram o Grande Terror soviético de finais da década de 1930. Os soviéticos usaram estes primeiros julgamentos de simpatizantes nazis para apelar à opinião pública internacional, assim como para elevar o moral. A União Soviética começou, assim, a preferir os julgamentos às execuções sumárias. A intenção dos soviéticos era, naturalmente, usar o formato do julgamento para demonstrar a culpa dos acusados.

Os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha inquietavam-se com estes julgamentos encenados realizados pelos soviéticos muito próximo das linhas da frente. Preocupava-os, em especial, o facto de estes procedimentos poderem desencadear retaliações nazis e levar à execução de prisioneiros de guerra americanos e britânicos que se encontravam na Alemanha. De facto, Hitler ficou encolerizado e, em resposta, mandou realizar os seus próprios julgamentos encenados, não de prisioneiros de guerra soviéticos, mas daqueles a quem chamava «criminosos de guerra anglo-americanos» e especialmente «dos bombardeiros terroristas anglo-saxões»¹¹. As ordens de Hitler foram efectivamente cumpridas, mas acabaram por não resultar em nada, como aconteceu a muitas das suas ordens mais destrutivas, já perto do fim da guerra.

O governo americano, instigado por Stimson, começou gradualmente a aceitar a ideia de que o procedimento judicial era preferível às execuções sumárias. Stimson não podia simplesmente manifestar a sua oposição a Morgenthau, que parecia merecer o apoio do presidente Roosevelt; tinha de encontrar uma alternativa. Em Setembro de 1944, passou a tarefa de conceber tal plano ao seu secretário-adjunto, John McCloy, que por sua vez a passou a um subalterno na cadeia de comando. Foi o coronel Murray C. Bernays quem finalmente acabou por criar o que passaria a ser um documento-chave na evolução da política americana.

Na vida civil, Bernays era advogado. Redigiu um relatório sobre o que designou «julgamento dos criminosos de guerra europeus», em

que apresentava fortes argumentos a favor de um processo legal justo. Nesse documento, afirmava que um julgamento teria enormes vantagens comparativamente a uma mera condenação política, tal como acontecera no fim da guerra anterior. Bernays argumentava que os nazis podiam e deviam ser acusados de conspiração criminosa. Além disso, sustentava que era possível indiciar determinadas organizações (como o Partido Nazi, a Gestapo e a SS) e não apenas alguns líderes, individualmente. Essas organizações também seriam acusadas de terem participado numa conspiração criminosa. Não seria necessário processar individualmente cada um dos membros da organização, mas apenas alguns «indivíduos representativos». Depois de julgada e condenada a organização, os seus membros individuais poderiam ser considerados co-conspiradores e julgados de forma sumária pelos Aliados. No entanto, importa notar que, ao contrário do que alguns arguidos afirmaram nas entrevistas a Goldensohn, o Artigo 10.º daquela que passou a ser a Carta do Tribunal Militar Internacional não declarava simplesmente que determinadas organizações nazis eram criminosas. Essa decisão ficava a cargo do tribunal. Além disso, os membros individuais das organizações que o tribunal acabou por considerar criminosas não se tornaram automaticamente criminosos. Todos eles tiveram direito a um julgamento¹².

A posição política e jurídica do governo americano a favor dos julgamentos, assim como a ideia de abordar o caso pela conspiração e pelas organizações, era defendida pelo secretário de estado Cordell Hull, pelo secretário da marinha James Forrestal e por Stimson. A 11 de Novembro de 1944, os três enviaram um memorando ao presidente Roosevelt propondo uma orientação para a Conferência de Ialta, que se aproximava¹³.

Surpreendentemente, o presidente Roosevelt demorou a aceitá-la. Em Ialta (7 a 12 de Fevereiro de 1945), o presidente não fez qualquer referência à mudança de posição do governo americano. Tanto ele como Churchill pareciam continuar a preferir as execuções sumárias, mas nada ficou decidido.

Foram, talvez, Estaline e os soviéticos quem mais contribuiu para convencer os Aliados de que «o caminho a tomar passava pelo procedimento judicial»¹⁴. Stimson e outros continuaram a orientar o presidente nessa direcção, insistindo na necessidade de evitar a impressão de que os Aliados queriam vingança. Quem acabou por aceitar esse ponto de vista foi o novo presidente, Harry S. Truman, depois de assumir o cargo na sequência da morte repentina de Roosevelt a 12 de Abril de 1945¹⁵.

Os pedidos de execução sumária deram em nada, pois Truman posicionou-se a favor de um julgamento proposto em finais de 1944 e princípios de 1945 por Stimson, Hull e outros altos responsáveis governamentais¹⁶. Durante os vários encontros entre os Aliados realizados em 1945, os americanos conseguiram convencer os britânicos, apesar da sua relutância. A 3 de Maio (em São Francisco), os Aliados ocidentais e a União Soviética, em conjunto com a França, recentemente libertada, assumiram um acordo de princípio quanto aos procedimentos judiciais. A 8 de Agosto, após mais alguns meses de negociações em Londres, conseguiram finalmente redigir a carta para os julgamentos. Definiram pormenorizadamente como deveria ser constituído o tribunal e quais os direitos dos arguidos. Simultaneamente, os Aliados estabeleceram e acordaram entre si os quatro pontos da pronúncia: conspiração criminosa, crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade¹⁷.

Apesar do acordo de princípio quanto aos julgamentos, os Aliados ainda tiveram de ultrapassar os últimos obstáculos antes da sua realização. Parte da dificuldade advinha do facto de as potências liberais-democráticas anglo-americanas e a União Soviética conceberem os julgamentos de modos muito diferentes. Os soviéticos tinham passado por um extremo sofrimento às mãos dos invasores alemães. Até mesmo as estimativas mais prudentes e razoavelmente fidedignas confirmavam que a guerra germano-soviética tinha provocado a morte de cerca de cinco milhões de pessoas na URSS, na sua maioria civis¹⁸. Para os líderes soviéticos, os julgamentos consistiriam em grandes encenações destinadas a demonstrar a «dimensão da culpa» de cada um dos acusados, após o que cada um receberia o «castigo necessário»¹⁹. Para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, depois de finalmente aceitarem a ideia de um julgamento, era no entanto evidente (pelo menos em teoria) que os arguidos gozavam de determinados direitos de defesa. Além disso, presumia-se que os arguidos eram inocentes até prova em contrário, um princípio que podia levar à libertação de alguns ou de todos eles ou, pelo menos, a que fossem libados em relação a alguns dos pontos da pronúncia.

Para os Aliados, também era difícil chegar a acordo quanto à forma e aos procedimentos dos julgamentos, porque as tradições jurídicas anglo-americana e continental eram muito diferentes. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha regem-se por um sistema «adversativo», em que processos relativamente abertos são julgados, sendo as provas

apresentadas em tribunal e as testemunhas (e por vezes, também, os arguidos), sob juramento, são submetidas a um contra-interrogatório conduzido pelos advogados de defesa e de acusação, que se defrontam em tribunal com vista à resolução do caso. No continente europeu, pelo contrário, prevalece um sistema mais «inquisitorial»: o trabalho de investigação é realizado por um magistrado, que constrói o processo com base nas provas. Quando se forma uma acusação, o tribunal e o acusado recebem cópias do processo. Durante o julgamento, são os juízes que decidem se querem ouvir mais depoimentos. São eles que interrogam as testemunhas, mas raramente contra-interrogam o arguido, que pode ou não fazer alegações finais. O juiz soviético em Nuremberga — cuja participação nos mal-afamados julgamentos encenados de Moscovo na década de 1930 ficara bem conhecida no ocidente — perguntou com alguma consternação, numa das últimas reuniões preparatórias dos julgamentos de Nuremberga de 1945: «O que significa “contra-interrogatório”?»²⁰.

Foram os americanos e os britânicos que acabaram por ditar como se deviam realizar os julgamentos. Conseguiram chegar ao que por vezes se considera ter sido um inteligente compromisso com os soviéticos e os franceses, mas os arguidos não tiveram naturalmente qualquer participação nas discussões que antecederam os julgamentos. Além disso, foram também privados de muitos dos mais importantes direitos consagrados na Constituição Americana. Por exemplo, os arguidos não podiam invocar a Quinta Emenda, que lhes teria permitido recusarem-se a responder a uma pergunta com a justificação de que tal os poderia incriminar. Os arguidos podiam ser, e foram realmente, interrogados em tribunal, à vez, não podendo recusar-se a testemunhar.

OS PONTOS DA ACUSAÇÃO

Em Nuremberga, a acusação dos arguidos dividiu-se em quatro pontos. Os dois primeiros revelaram-se particularmente controversos para os especialistas de direito internacional.

O *primeiro ponto da acusação* afirmava que os arguidos haviam «participado enquanto líderes, organizadores, instigadores ou cúmplices na formulação ou execução de um plano ou conspiração comum para cometer Crimes contra a Paz, Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade, tal como estavam definidos na Carta»²¹.

O *segundo ponto*, relacionado com o primeiro, acusava os arguidos e várias outras pessoas de, ao longo de muitos anos, terem «participado no planeamento, preparação, iniciação e realização de guerras de agressão, guerras essas que também violavam tratados, acordos e garantias internacionais». Ou seja, neste ponto fazia-se a acusação daquilo que se designava por «crimes contra a paz», os quais incluíam obviamente actos de agressão como a invasão da Polónia pelos alemães a 1 de Setembro de 1939; apesar de esse acto de guerra ter feito parte de uma conspiração conjunta com a União Soviética, tal nunca chegou a ser mencionado. O Pacto Germano-Soviético de Não Agressão, celebrado a 23 de Agosto de 1939, não só abriu as portas à guerra, como incluía cláusulas secretas relativas à divisão da Polónia, que a União Soviética também invadiu pelo leste, enquanto a Alemanha o fazia pelo oeste.

Deste modo, o primeiro e o segundo pontos da acusação expuseram o tribunal à controvérsia, e não apenas por não conseguirem acusar a União Soviética desses «crimes contra a paz» — o que à época teria sido politicamente incómodo. A própria forma de fazer justiça apresentava-se distorcida, em parte porque os soviéticos agiram simultaneamente como juízes e acusadores em Nuremberga. Em suma, talvez tivesse sido melhor não formular os dois primeiros pontos da acusação. Teria sido preferível a acusação centrar-se nos crimes de guerra e os crimes contra a humanidade.

No *terceiro ponto*, os arguidos eram acusados de terem um «plano ou conspiração comum para cometer Crimes de Guerra». Alegadamente, a concretização desse plano incluía a prática da «guerra total», o que ultrapassava «as leis e os costumes da guerra». Este ponto da acusação referia-se, mais especificamente, a crimes como os maus-tratos e o assassinio de populações civis, a deportação e o uso de mão-de-obra escrava, os maus-tratos e assassinio de prisioneiros de guerra, o homicídio de reféns, assim como a pilhagem e a destruição impiedosa de cidades, vilas e aldeias.

O *quarto ponto da acusação* tratava de «crimes contra a humanidade», que «incluíam assassinio, extermínio, escravização, deportação e outros actos desumanos cometidos contra populações civis, antes de e durante a guerra». O quarto ponto também chamava a atenção para a «perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos no âmbito do plano comum mencionado no primeiro ponto da acusação».

Nenhum dos arguidos indiciados perante o Tribunal Militar Internacional foi especificamente acusado da perseguição e do homicídio de

judeus. Termos como «genocídio» ou «holocausto» só mais tarde se tornaram correntes. O «genocídio», termo cunhado em 1944 pelo jurista polaco Raphael Lemkin, passou a ser crime por força de uma convenção especial das Nações Unidas de 1948²². O termo «holocausto» já existia, e naturalmente antes de 1939, mas não foi usado durante os julgamentos²³. No entanto, as atrocidades sem precedentes cometidas contra os judeus por toda a Europa foram referidas de passagem no terceiro ponto e de forma mais extensa no quarto ponto, em que se salientava que «o assassinio em massa» de judeus tinha envolvido «milhões de pessoas».

Estes quatro pontos formulavam acusações graves, todas elas praticamente sem precedentes no direito internacional. Os dois primeiros eram especialmente problemáticos; sem eles (e sem a inadequada persistência em tentar associar todos os crimes a uma conspiração concertada), os julgamentos talvez pudessem ter contribuído de forma mais proveitosa para posteriores acusações de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. No entanto, num esforço de comprovar todos os pontos, e em particular o primeiro — a acusação de uma conspiração a longo prazo —, a acusação exacerbou a intencionalidade e a coerência dos planos e das políticas nazis. Os Estados Unidos ficaram especialmente entusiasmados com a acusação de conspiração, que era de certo modo frequente na lei americana, apesar de até então ter sido usada de forma muito mais restrita. A ideia de uma conspiração tão abrangente foi motivo de preocupação para os britânicos, mas, na perspectiva dos americanos, tinha a vantagem de permitir relacionar os abusos da lei e dos direitos humanos cometidos na Alemanha antes de 1939 com os abusos ainda mais flagrantes cometidos durante a guerra.

A ideia de uma conspiração — que, de facto, percorria todos os pontos da acusação — abriu as portas aos advogados de defesa, os quais aproveitaram todas as oportunidades para demonstrar, não sem alguma plausibilidade, que existia uma grande confusão de autoridade no Terceiro Reich. Afirmavam que o sistema de administração e governo do regime era descuidado, incoerente e ineficiente. Tornou-se habitual os arguidos invocarem desconhecimento e apontarem como causa para tal a elevada compartimentalização do sistema de administração nazi. Todos os arguidos alegaram possuir um conhecimento limitado e não ter participado em qualquer conspiração a longo prazo.

Por seu lado, a acusação precisava de provar que existia um plano preciso, com objectivos comuns aos arguidos, desde a fase inicial do

regime. Tentaram demonstrar que havia, desde o início, a intenção de cometer crimes específicos, que incluíam o planeamento a longo prazo não só de uma guerra de agressão, mas também de acontecimentos concretos, como o assassinio dos judeus. A acusação acabou por empolar a intencionalidade; e a defesa por minimizá-la excessivamente para dar uma imagem de caos administrativo, de intermináveis lutas pelo poder e de um sistema sem um verdadeiro líder. Para a defesa, era lógico insistir no facto de que ninguém acreditava na ideologia nazi e de que ninguém lera o livro de Hitler, quanto mais os de Alfred Rosenberg.

Até hoje, subsiste a controvérsia entre os historiadores quanto à natureza e extensão do papel de Hitler e quanto às suas relações com os líderes nazis. O quadro sustentado actualmente por muitos historiadores é mais complexo e conjuga elementos tanto das alegações da acusação como das da defesa²⁴. No entanto, a imagem que a acusação apresentou de Alfred Rosenberg como principal «teorizador» e «filósofo» do nazismo não tem qualquer credibilidade.

O Tribunal Militar Internacional responsável pelo julgamento dos principais criminosos de guerra surgiu no seguimento de longos debates políticos e jurídicos. Após uma sessão preliminar em Berlim, a 18 de Outubro de 1945, os julgamentos deslocaram-se para o Palácio da Justiça de Nuremberga, onde as sessões tiveram início a 14 de Novembro. O processo principal, incluindo a apresentação da acusação e da defesa, prolongou-se por mais de nove meses, entre 22 de Novembro de 1945 e 31 de Agosto de 1946. Os julgamentos foram uma iniciativa de peso. Havia quatro juízes e quatro procuradores (com substitutos), cada um com a sua própria equipa e todos eles provenientes das potências vitoriosas — os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a União Soviética e a França. O tribunal reuniu em quatrocentas e três sessões públicas, ouviu-se um total de cento e sessenta e seis testemunhas e analisaram-se literalmente milhares de declarações juramentadas e centenas de milhares de documentos²⁵. Os julgamentos foram difíceis e lentos, em grande parte por serem realizados em quatro línguas, obrigando a um extenso trabalho de tradução só para registar os depoimentos, o contra-interrogatório, as declarações por escrito e muitos outros documentos. É possível ter uma noção da dimensão dos julgamentos pelo facto de só as transcrições e uma selecção dos documentos submetidos como prova terem sido publicados (também em quatro línguas) em quarenta e dois grandes volumes²⁶.

Inicialmente, foram acusados vinte e quatro homens que, por diversas razões, se presumia serem grandes criminosos de guerra.

Neste grupo, encontravam-se Robert Ley, líder da Frente do Trabalho, que se suicidou a 24 de Outubro de 1945, antes de se iniciarem os julgamentos, e o industrial Gustav Krupp von Bohlen und Halbach, homem escolhido pelos Aliados como «representante» dos grandes empresários, mas que se provaria ser inimputável. Entre os vinte e dois arguidos, foi incluído à revelia Martin Bormann, o secretário pessoal de Hitler. Nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1946, o tribunal apresentou as suas sentenças. Doze dos arguidos foram condenados à morte por enforcamento (Bormann, à revelia, Hans Frank, Wilhelm Frick, Hermann Goering, Alfred Jodl, Ernst Kaltenbrunner, Wilhelm Keitel, Joachim von Ribbentrop, Alfred Rosenberg, Fritz Sauckel, Arthur Seyss-Inquart e Julius Streicher). Dos dez arguidos restantes, três foram considerados inocentes (Hans Fritzsche, Franz von Papen, Hjalmar Schacht), três condenados a prisão perpétua (Rudolf Hess, Walther Funk, Erich Raeder), dois a vinte anos de prisão (Baldur von Schirach, Albert Speer), um a quinze anos (Constantin von Neurath) e o último a dez anos (Karl Doenitz).

Logo após terem sido lidas as sentenças, os advogados de defesa de dois dos condenados à morte por enforcamento (Jodl e Keitel) requereram que fosse concedida aos seus clientes a dignidade de uma execução militar por fuzilamento. O advogado de Raeder também tentou que o seu cliente fosse fuzilado, em alternativa à pena de prisão perpétua. Os três requerimentos foram indeferidos. A 16 de Outubro de 1946, todos os arguidos que haviam sido condenados à morte (à excepção de Bormann e de Goering) foram enforcados. Goering, marechal do Reich, tinha conseguido desafiar a autoridade do tribunal suicidando-se na sua cela pouco antes da hora marcada para a execução.

AS ENTREVISTAS DE GOLDENSOHN

Em finais de 1944, princípios de 1945, quando o governo dos Estados Unidos decidiu finalmente que os julgamentos eram necessários e preferíveis a execuções sumárias, os americanos assumiram a liderança da situação. Insistiram quase imediatamente, com o apoio britânico, para que os julgamentos saíssem da jurisdição do sector soviético da Alemanha ocupada, e em finais de Junho de 1945 decidiram-se por Nuremberga. Aquela cidade fora arrasada quase por completo durante a guerra, mas ainda possuía infra-estruturas onde se poderiam

realizar os julgamentos²⁷. As potências ocupantes acolheram muito bem a escolha de Nuremberga. O nome da cidade estava associado às leis racistas de Setembro de 1935 e, para além disso, a cidade fora palco dos congressos anuais do Partido Nazi, que juntavam milhares de pessoas, enchendo a cidade de um entusiasmo louco por Hitler. Assim, a realização em Nuremberga dos julgamentos dos líderes nazis derrotados tinha um valor simultaneamente político e simbólico.

Em Setembro de 1945, os procuradores americanos Robert H. Jackson e Thomas J. Dodd dispunham de duzentos funcionários sob as suas ordens. Entre eles havia juristas e especialistas de diversos géneros, assim como tradutores e estenógrafos. Jackson era de longe o procurador mais activo, e depois dele, em termos de actividade, estava *sir* David Maxwell Fyfe, da Grã-Bretanha. Os britânicos, por seu turno, tinham no máximo uma equipa de trinta e quatro membros, e as equipas soviética e francesa eram ainda mais reduzidas²⁸. Assim sendo, os americanos tendiam a dominar o processo em quase todos os aspectos, e não apenas por os julgamentos se realizarem no sector americano da Alemanha.

Além de pessoal médico, os americanos costumavam ter quase sempre um psicólogo e um psiquiatra de serviço. O primeiro psiquiatra da prisão de Nuremberga foi o major Douglas M. Kelley, que anteriormente estivera colocado num campo de detenção para prisioneiros nazis importantes, em Mondorf-les-Bains, no Luxemburgo. A maioria dos arguidos de Nuremberga estivera ali detida antes dos julgamentos; e foi com um toque de ironia triunfante que esse campo se tornou conhecido entre os Aliados simplesmente como *Ashcan**. O campo era dirigido de forma espartana pelo severo coronel Burton C. Andrus, homem que tinha fama de ser um firme disciplinador. Outros mandachuvas nazis, em especial Speer e Schacht, ficaram detidos em condições menos rigorosas no castelo de Kramsberg, próximo de Frankfurt am Main, num campo que recebeu a designação de *Dustbin*** . Todos os líderes nazis foram interrogados em *Ashcan* ou em *Dustbin*, e alguma da informação que se lhes conseguiu extrair perdurou até hoje. Uma interessante selecção desse material, que em grande parte não chegou sequer a ser usada em tribunal, foi recentemente publicada²⁹. O coronel Andrus e o major Kelley foram enviados de *Ashcan* para Nurem-

* *Ashcan*, no original; lata de lixo (n. da t.).

** *Dustbin*, no original; caixote do lixo (n. da t.).

berga. Kelley permaneceu na cidade durante o primeiro mês dos julgamentos, sendo depois substituído por Goldensohn.

Durante todo o período de encarceramento, em Mondorf e depois em Nuremberga, os guardas americanos quase não comunicavam com os prisioneiros, mas vigiavam-nos permanentemente para evitar que se suicidassem. De início, havia um guarda para cada quatro celas, mas, na sequência do suicídio de Robert Ley, em Outubro de 1945, o coronel Andrus mandou colocar um guarda em cada cela. Os guardas deviam vigiar os prisioneiros de forma mais ou menos contínua através de minúsculos postigos que havia nas portas das celas. Antes de regressarem às suas exíguas celas, os prisioneiros eram obrigados a tirar cintos, suspensórios, atacadores, etc. — em suma, tudo o que pudesse ser usado para cometer suicídio. Os guardas tinham ordens para manter as mãos e a cabeça dos prisioneiros sempre visíveis, inclusive quando tentavam adormecer (sempre de barriga para cima) durante a noite. Em geral, os prisioneiros estavam isolados do mundo exterior e não podiam ler jornais. A correspondência, mesmo com familiares, era censurada, e os prisioneiros só podiam sair das celas para refeições, para conversar com os respectivos advogados de defesa e durante o período de exercício diário. Durante esses momentos, os arguidos concluíam sempre que possível, de modo a planear estratégias contra a acusação. Apesar de os guardas geralmente não comunicarem com os prisioneiros, o coronel Andrus recrutou, sem o conhecimento destes últimos, alguns soldados americanos fluentes em alemão para o serviço de guarda. Esses soldados deviam relatar ao coronel tudo o que lhes parecesse suspeito ou que pudesse ser usado nos julgamentos. Os prisioneiros encontravam-se privados de praticamente todo o contacto humano, à excepção daquele que mantinham como os seus advogados; não era, pois, de estranhar que estivessem dispostos a falar com os psiquiatras e psicólogos que trabalhavam no destacamento médico da 685.^a Unidade de Segurança Interna (USI) do conselho superior americano em Nuremberga. Os médicos tinham acesso permanente e mais ou menos livre às instalações.

Quando Leon Goldensohn foi destacado para Nuremberga, tinha trinta e quatro anos de idade. Nasceu a 19 de Outubro de 1911, na cidade de Nova Iorque; em 1932, completou o bacharelato em Artes e Ciências pela Universidade Estatal do Ohio e, em 1936, terminou o curso de Medicina na Escola de Medicina da Universidade George Washington. Estagiou em neurologia no Hospital Montefiore de Nova Iorque e em psiquiatria no Instituto de Psiquiatria William Alanson. Perto do fim

da guerra, Goldensohn (então major) foi destacado para o 121.º Hospital Geral de Nuremberga e, a 3 de Janeiro de 1946, para a 685.ª Unidade de Segurança Interna. Prestou serviço como psiquiatra da prisão até 26 de Julho de 1946, perto do final da audição da defesa.

Logo após a derrota da Alemanha, na Primavera de 1945, e até meados do Verão, quando foi anunciada a criação do Tribunal Militar Internacional, verificou-se um enorme interesse quanto «ao que motivava aqueles nazis»³⁰. Kelley referiu-se ao «tesouro psicológico» que ele e o psicólogo Gustave Gilbert tinham nas mãos, e a sua intenção inicial era publicar um livro em co-autoria com Gilbert³¹. O capitão Gilbert era um oficial dos serviços secretos americanos. Falava fluentemente alemão e conseguiu que lhe fosse atribuída a missão de tradutor junto do major Kelley. Além disso, tinha formação em psicologia e depressa conseguiu convencer o coronel Andrus a nomeá-lo psicólogo «oficial» da prisão. Gilbert parecia ser da mesma opinião que Kelley e via os criminosos de guerra «como cobaias que estavam à sua disposição»³². Para além dos jornalistas, psiquiatras e psicólogos de todo o mundo tentavam conseguir acesso aos prisioneiros. É provável que Goldensohn, assim como Kelley e Gilbert, se tenha tornado alvo de inveja dos seus pares de profissão e de muitos jornalistas, todos eles ávidos de entrevistar os arguidos³³.

O projecto do livro da autoria de Kelley e Gilbert nunca se realizou. No entanto, Kelley publicou o seu próprio livro em 1947. De certa forma, esta obra ainda continua a ser útil, apesar de actualmente já se encontrar bastante datada³⁴. O seu antigo colega, Gilbert, também publicou um livro, que surgiu vários meses depois do de Kelley, em forma de diário, e que permite aos leitores seguir o desenrolar do julgamento a partir das experiências e da perspectiva do autor³⁵. Também Goldensohn tinha a intenção de escrever um livro. Nunca chegou a fazê-lo, mas as notas que tirou sobreviveram-lhe. Algumas das transcrições foram dactilografadas pouco depois de se realizarem as entrevistas. Quaisquer planos de livro que pudessem existir acabaram quando o médico morreu prematuramente aos cinquenta anos, de ataque cardíaco, a 24 de Outubro de 1961. No entanto, alguns pequenos blocos de notas foram mais tarde dactilografados sob a supervisão do irmão do dr. Goldensohn, o dr. Eli Goldensohn, que coligiu e organizou todos os materiais originais. O que se apresenta neste volume é uma selecção revista, anotada e resumida de algumas das entrevistas realizadas por Goldensohn a dezanove arguidos e catorze testemunhas.

Devemos muito a Goldensohn pela forma conscienciosa como tomava notas. Enquanto Gilbert, psicólogo, anotava as impressões com que ficava no final do dia e, nesse sentido, confiava mais na memória para reconstruir conversas e impressões, Goldensohn, psiquiatra, insistia em tomar notas detalhadas. Embora tivesse um conhecimento reduzido da língua alemã, alguns dos entrevistados sabiam falar inglês e, desse modo, Goldensohn conseguiu conversar livremente com eles. No entanto, durante as entrevistas formais, fez questão de que os arguidos e as testemunhas se expressassem por completo na sua própria língua e, por isso, preferiu utilizar os serviços de um intérprete. Registou devidamente tanto as perguntas que fazia como as respostas dos arguidos, escrevendo-as à medida que decorriam as entrevistas.

A fluência de Gilbert em alemão terá facilitado as conversas com os prisioneiros, muitos dos quais estavam desejosos de falar e ávidos de contacto humano. No entanto, alguns dos prisioneiros sentiam que Gilbert os odiava e que certamente nutria pensamentos negros em relação a eles. Um dos prisioneiros chegou a afirmar que Gilbert os provocava, por exemplo, com imagens de criminosos de guerra nazis enforcados, publicadas no jornal *Stars and Stripes*, assegurando-lhes que iriam receber o mesmo tratamento. Os prisioneiros em geral pareciam ter uma atitude mais afável em relação a Goldensohn, que consideravam mais imparcial e profissional. Em certas ocasiões, Goldensohn e Gilbert faziam rondas em conjunto, e Gilbert fazia simplesmente de intérprete.

Goldensohn partilhava a opinião dominante naquela época de que os líderes nazis sofriam de uma «patologia»; apesar da brandura da sua abordagem, estava especialmente empenhado em tentar explicar as «depravações» dos nazis. Nunca houve qualquer preocupação com a confidencialidade entre médico e paciente, e aparentemente os prisioneiros também não contavam com ela. Nem todos eles apreciavam essa situação, mas a maioria parecia ter-se resignado ao facto de constituírem «material» para diversos projectos de livros. Hoje em dia, dadas as preocupações com a privacidade, pode parecer perturbador que um médico perguntasse de forma tão aberta e repetida a um prisioneiro o que ele pensava de outro. Ocasionalmente, podia haver um ou outro entrevistado que pedisse a Goldensohn para manter algo em segredo, mas este não se sentia tentado a dar semelhantes garantias. Tal como os outros médicos da equipa americana, Goldensohn considerava os

prisioneiros nazis primordialmente como sujeitos de estudo e só remotamente os considerava como pacientes. Nas notas das entrevistas, referia-se explicitamente aos «sujeitos» das suas investigações. Por seu lado, os prisioneiros usavam as conversas com os médicos como uma oportunidade de expressar afirmações e abordagens que em breve utilizariam na sua defesa perante o tribunal. Goldensohn estava naturalmente ciente disso e até o encorajava. Em conversa com os americanos, os arguidos raramente baixavam a guarda, em especial quando se tratava de confessar os crimes de que eram acusados, pois receavam que o que dissessem pudesse ser usado contra eles em tribunal. Os prisioneiros a quem estes profissionais desagradavam acusavam-nos de estarem mais interessados em recolher material para os livros, que todos estavam a escrever, do que em prestar cuidados³⁶.

Goldensohn visitava os arguidos quase todos os dias, mas o que distingue o seu relato dos demais é o esforço persistente para realizar entrevistas formais e, muitas vezes, extensas. Registou tudo o que podia ser de interesse psiquiátrico ou humano. Graças a isso, podemos hoje saber o que os acusados e as testemunhas tinham a dizer sobre o papel de um dado arguido em eventos específicos, assim como pormenores sobre a sua família e o seu historial clínico. Goldensohn perguntava-lhes o que pensavam de certos líderes, como Hitler, e até o que achavam uns dos outros e dos respectivos crimes; perguntava-lhes também como se tinham sentido perante o tribunal num determinado dia. Nas entrevistas fazia-lhes inúmeras perguntas, por vezes a ponto de enfurecer os sujeitos do seu estudo, mas não prescindia de continuar a aprofundar as questões. Goldensohn afirmava não pretender fazer um contra-interrogatório aos arguidos, mas a verdade é que chegava a fazê-lo durante aqueles encontros privados. Era frequente rever com o arguido o depoimento que este prestara em tribunal, apontando, por exemplo, partes que considerava pouco credíveis ou difíceis de entender. Era mais difícil satisfazer Goldensohn nalgumas dessas conversas do que o procurador no tribunal.

Em geral, Goldensohn não registava conversas casuais, apenas as entrevistas formais, que fazia por intermédio de um intérprete. O facto de Goldensohn tomar notas e de os arguidos serem interrompidos pela tradução fazia com que estes raramente se deixassem levar pelo entusiasmo. Pelo contrário, os arguidos tinham muito tempo para pensar racionalmente nas respostas às perguntas de Goldensohn e talvez fosse precisamente isso que o médico pretendia.

Um aspecto crucial a ter em mente é que, para cada um dos acusados, tratava-se de salvar a própria vida em tribunal. Como qualquer pessoa acusada de crimes graves, estes homens estavam determinados a provar a sua inocência. (Pelo menos segundo uma importante tradição filosófica, todas as pessoas, por muito hediondos que sejam os crimes cometidos, reservam sempre para si mesmas o direito natural de lutar pela própria vida.) Para a maioria dos arguidos, privados de praticamente todos os direitos legais (como são habitualmente entendidos à luz da Constituição dos Estados Unidos), o facto de Goldensohn tomar notas terá feito soar o sinal de alarme. Os réus não estavam protegidos contra a auto-incriminação, nem tinham os seus advogados ali presentes, pelo que era legítimo pensar que podiam vir a ser confrontados em tribunal com as suas próprias palavras, anotadas pelo dr. Goldensohn. Tal nunca aconteceu, mas não devemos esquecer que os arguidos desconheciam o estatuto das entrevistas, as quais não estavam protegidas pela confidencialidade médico-paciente. Ainda que Goldensohn se considerasse essencialmente como médico e cientista, do ponto de vista de qualquer dos acusados ele pertencia à facção dos vencedores, ao passo que eles próprios pertenciam à dos vencidos e, por isso, tratavam-no como se fosse membro da equipa de acusação. Goldensohn garantia-lhes que não tinham razão para preocupações e que podiam falar à vontade, mas não podia dar-lhes nenhum motivo concreto para acreditarem nele.

Em geral, os arguidos tentavam escapar de todas as formas possíveis, como um deles chegou a insinuar, por vezes eram bem-sucedidos nessas tentativas. A afirmação foi feita por Speer, o arquitecto de Hitler, geralmente considerado como o observador mais perspicaz do grupo de arguidos. Speer não ficou nada satisfeito quando, no final do julgamento, viu Fritzsche, Papen e Schacht serem declarados inocentes, enquanto ele era condenado a vinte anos de prisão. Escreveu no seu diário que, «afinal, as mentiras, as dissimulações e falsas afirmações tinham compensado». Speer sentia-se indignado com a sentença do tribunal, que certamente não se deveu a não ter mentido ou encoberto a verdade³⁷. Speer e, sem dúvida, outros arguidos não gostavam de pessoas como Goldensohn e Gilbert. Tanto quanto sabemos, Speer prestou apenas uma breve e concisa declaração a Goldensohn (que se encontra incluída neste volume). Acusou Gilbert de estar «sempre ávido de ampliar os seus conhecimentos de psicologia». Em resposta à pergunta de Gilbert quanto à sentença que lhe tinha sido aplicada,

Speer mentiu dizendo que os vinte anos a que fora condenado «eram bastante justos. Tendo em conta os factos, não me podiam ter aplicado uma pena mais leve e não me posso queixar.»³⁸ O próprio Speer admitiu mais tarde ter mentido, pois sentia de facto ter sido injustamente tratado pelo tribunal.

Existem múltiplos exemplos semelhantes de encobrimento, o que não significa que tudo o que era dito pelos arguidos e testemunhas fosse mentira. Na realidade, o que é espantoso é a frequência com que as entrevistas se afiguram como relatos francos e, por vezes, assustadoramente verdadeiros. Em diversos pontos, há pelo menos alguns arguidos e testemunhas que admitiram ter cometido crimes terríveis, apesar de também tentarem atirar a culpa para outras pessoas. As desculpas que davam, o raciocínio e os esforços para evitar as consequências legais dos actos que haviam cometido têm interesse por si só. Por vezes, conseguimos entrever que Goldensohn foi induzido em erro, que não percebeu completamente a importância de determinada informação, ou que negligenciou pistas reveladoras. Apesar de tudo, os arguidos acabaram por revelar muito sobre si mesmos e sobre o que os atraía em Hitler e no nazismo.

Eu fui contactado pelo editor para organizar e coordenar a edição do texto das entrevistas. Fi-lo de forma tão cuidadosa quanto possível. Corrigi erros óbvios, como datas, erros na ortografia de nomes, lugares e patentes, que estavam por vezes bastante adulterados³⁹. Goldensohn nunca chegou à fase de verificação e correcção de erros em factos, datas e nomes mencionados nas entrevistas, e eu tentei verificar tudo o que era possível. Por vezes, cometia erros simples ao anotar as experiências sociais, educacionais ou militares de um entrevistado. Corrigi lapsos óbvios, na medida em que me foi possível identificá-los, mas há certamente algumas imprecisões que se mantêm. No entanto, penso que essas imprecisões não são erros que desvirtuem o conteúdo dos testemunhos prestados nas entrevistas.

Sempre que tal foi possível, procurei manter o texto fiel ao original. No entanto, também precisei de fazer muitas alterações estilísticas para torná-lo mais claro. Fiz cortes nas entrevistas onde havia repetições e sobreposições evidentes (por exemplo, quando uma sessão focava os mesmos assuntos da anterior). Para que o manuscrito ficasse com uma extensão viável, também precisei de excluir entrevistas inteiras com alguns dos arguidos e com muitas das testemunhas, mas a minha intenção foi manter tudo o que tinha maior importância

para o registo histórico. Por vezes, precisei de realizar extensas alterações para manter a fidelidade ao conteúdo do que era relatado pelos arguidos. Surgiram problemas resultantes de dificuldades de tradução, outros de erros de interpretação por parte de Goldensohn, por exemplo, em relação ao funcionamento do sistema político alemão. Como acontece com todos os editores de texto, tive de confiar no meu discernimento profissional, que se baseia tanto na minha investigação como na de outras pessoas, para tentar resolver questões de interpretação que não eram evidentes.

Não tentei corrigir todos os erros e inverdades óbvias que Goldensohn inadvertidamente registou. Por vezes, os entrevistados procuravam desvalorizar o seu próprio papel ou nível de conhecimento, ou tentavam simplesmente racionalizar os crimes. Alguns deles também tentaram minimizar os crimes que cometeram, insistindo que travaram uma guerra defensiva ou preventiva. Outros lembravam a Goldensohn o que os Aliados, em especial os russos, haviam feito aos alemães durante a última parte da guerra. Não é possível lidar com todos estes episódios individualmente, mas é indispensável ter em conta o problema das falsificações deliberadas e das inverdades inconscientes.

Nas notas das entrevistas, incluí alguma orientação e referências para os leitores. Além disso, também apresento informação básica sobre figuras e acontecimentos importantes mencionados no texto, sempre que tal me pareceu necessário. Tratei do mesmo modo as falsidades, negações e invenções mais óbvias e importantes, assim como a reprodução de mitos e rumores infundados. No entanto, apresento dados mais precisos no que se refere a questões de especial importância, como por exemplo a tomada do poder pelos nazis e o número de judeus assassinados.

Alguns dos entrevistados e o próprio Goldensohn mencionam que foram assassinados cinco milhões de judeus durante o Terceiro Reich. Onde será que foram buscar esse número? Esse era, de facto, o valor apresentado habitualmente pela acusação em Nuremberga. Por exemplo, na sua declaração inicial ao tribunal, Jackson, o procurador americano, mencionou que de «9600 000 judeus que viviam na Europa dominada pelos nazis, sabe-se de fonte segura que sessenta por cento morreram. Desapareceram dos países onde viviam 5700 000 judeus e o desaparecimento de mais de 4500 000 não pode ser atribuído à taxa de mortalidade normal.»⁴⁰ Numa fase mais avançada do julgamento, a acusação tendia a arredondar este número para cinco milhões.

Em diversos pontos do julgamento, nas alegações finais do magistrado Jackson e na sentença do tribunal, também foi referido o total de seis milhões de vítimas. Neste aspecto, Wilhelm Hoettl foi uma testemunha importante e a sentença parece ter seguido o seu testemunho. No entanto, esta testemunha tinha, na melhor das hipóteses, um conhecimento indirecto. Em tribunal, declarou (e reafirmou também numa declaração juramentada à parte) que, em finais de Agosto de 1944, havia perguntado a Adolf Eichmann quantos judeus haviam sido mortos⁴¹. Eichmann terá respondido que, em relatório recente dirigido a Himmler, indicava terem morrido cerca de quatro milhões nos campos de concentração e outros dois milhões de formas diversas, em especial por fuzilamento. Segundo Hoettl se recordava de ter ouvido Eichmann dizer, Himmler pensava que já tivessem sido mortos mais judeus até essa altura. Actualmente, a maioria dos historiadores tende a sugerir que os números supostamente apresentados por Eichmann e repetidos por Hoettl em tribunal são provavelmente demasiado elevados, em especial para o período que terminou em Agosto de 1944.

Vários historiadores, em especial Raul Hilberg no seu relato decisivo sobre o extermínio dos judeus europeus, estabelecem o número em pouco mais de 5,3 milhões⁴². Hilberg estima o número de judeus assassinados em Auschwitz em cerca de um milhão, o que é assombroso, mas bastante inferior ao valor estimado em tribunal pelo comandante Rudolf Hoess. O número mais elevado — entre 2,5 e três milhões — apesar de não ser rigoroso continua a ser citado, mesmo em estudos académicos sobre Auschwitz, até aos dias de hoje⁴³. É fundamental encontrar o valor mais preciso possível e, desse modo, pôr fim às argumentações de negacionistas e revisionistas.

Também é possível ler as entrevistas do ponto de vista do que nos contam quanto ao entendimento geral que os americanos então tinham do nazismo e do Terceiro Reich. Goldensohn, por exemplo, aceitava completamente uma das principais acusações formuladas pelos americanos: que os nazis se tinham envolvido numa conspiração concertada para cometer diversos crimes, incluindo crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, como eram definidos pela Carta do tribunal. Aceitava a perspectiva de que essa grande conspiração começara mais ou menos no início do Terceiro Reich e se prolongara pelos anos de guerra. Actualmente, são poucos os historiadores que concordam com tal abordagem «intencionalis-

ta» do Terceiro Reich, e muitos concordam com a ideia de que várias políticas nazis, incluindo a de assassinar todos os judeus da Europa, foram improvisadas e decididas já numa fase avançada da Segunda Guerra Mundial. Houve já muito mais tempo para investigar todo o processo decisório, mas, para além disso, a maioria das pessoas tem hoje um entendimento do Terceiro Reich diferente do que tinham Goldensohn e os seus contemporâneos.

Investigações recentes permitiram interpretar alguma da documentação importante apresentada em Nuremberga com maior clareza e sob novas perspectivas. Por vezes, conseguimos ver mais em determinados documentos do que conseguiram os procuradores e juizes de Nuremberga, que ficavam frequentemente assoberbados com tanta documentação. Uma das muitas tácticas astuciosas da defesa consistia em afogar o tribunal num mar de documentos, declarações juramentadas e depoimentos de testemunhas oculares⁴⁴. Só mais tarde foi possível perceber o que queriam dizer determinadas testemunhas em tribunal, ao afirmarem que os nazis pretendiam aniquilar trinta milhões de pessoas, uma informação repetida por entrevistados de Goldensohn. Na realidade, teria havido não um mas vários genocídios em série⁴⁵. Foram apresentados em tribunal documentos cruciais relativos a estes planos, mas o assunto não foi então totalmente compreendido.

Embora Goldensohn, em geral, mantivesse um comportamento neutro durante as entrevistas, não deixou de manifestar claramente as suas opiniões, nomeadamente o profundo cepticismo em relação a muitas das explicações apresentadas pelos arguidos. Algumas das suas reacções espontâneas conseguiam ser bastante acutilantes, como ficámos a saber por outra fonte⁴⁶. Por exemplo, Goldensohn entrevistou Otto Ohlendorf, que não se encontrava entre os principais criminosos de guerra mas foi testemunha no julgamento. (Mais tarde foi julgado e executado.) Ohlendorf chefiara o Grupo de Acção D — ou seja, o Einsatzgruppe D — que, de acordo com o seu próprio testemunho, foi responsável pela morte de, no mínimo, noventa mil pessoas, na sua maioria judeus⁴⁷. Este grupo era um dos quatro esquadrões de morte existentes no leste, mas na realidade existiam muitos mais⁴⁸. Ohlendorf gostava de se considerar um dos líderes «intelectuais» dos Serviços de Segurança (SD); também se considerava um «idealista» e absolutamente nada anti-semita. Deste modo, ficou particularmente incomodado quando, um dia, Goldensohn o acusou de ser uma espécie

de sádico, pervertido ou louco. Que outra explicação haveria, questionava o médico, para justificar que Ohlendorf — um homem que se orgulhava de uma tal «integridade e incorruptibilidade» — pudesse ter ordenado o assassinio de tantos homens, mulheres e crianças completamente inocentes⁴⁹?

Como os leitores poderão constatar nas entrevistas, Goldensohn não costumava ser tão directo, mas parece ter chegado a Nuremberga convencido de que alguns, talvez muitos, dos nazis eram sádicos, mesmo os que não estavam directamente implicados em acções cruéis. Goldensohn, que queria obter respostas quanto à natureza do nazismo, também conseguia ser bastante intrusivo nas técnicas de entrevista que utilizava. Não se coibia de tentar encostar os arguidos à parede quando considerava que as suas declarações eram insatisfatórias ou contraditórias, apesar de geralmente recuar quando achava estar a exceder-se nos contra-interrogatórios.

Com excepção de Rudolf Hess e, na última fase dos julgamentos, possivelmente também de Hans Frank, os arguidos de Nuremberga tinham tudo menos falta de sanidade mental. Infelizmente, quase todos eram demasiado «normais» e, excluindo Hess, tinham gozado de perfeita saúde mental ao longo das suas carreiras. Quase todos se revelaram «bons homens de família» e muitos tinham formação superior ou formação profissional. Um teste de inteligência realizado pelo dr. Gilbert mostrou que todos os arguidos (excepto Streicher) apresentavam «uma inteligência acima da média» — sendo a média um QI entre noventa e cento e dez. Dos vinte e um arguidos que realizaram o teste, sete apresentavam um QI na ordem dos cento e trinta, e dois atingiam cento e quarenta⁵⁰. Aqueles arguidos, que já haviam sido onnipotentes «líderes do Reich», não gostavam da ideia de serem assim examinados pelos seus captores, mas logo que se iniciava o teste de inteligência todos logo se esforçavam «por dar o seu melhor e verem confirmadas as suas capacidades»⁵¹.

NUREMBERGA ENQUANTO PROJECTO INACABADO

Posteriormente, houve ainda doze julgamentos adicionais em Nuremberga, entre Dezembro de 1946 e Abril de 1949. Enquanto nos primeiros grandes julgamentos os juízes e os procuradores pertenciam às três potências aliadas e à França, nos julgamentos seguintes

os Estados Unidos agiram sozinhos contra indivíduos e grupos específicos acusados de terem efectivamente cometido os crimes⁵². Estes julgamentos posteriores foram particularmente importantes por terem revelado uma participação social mais alargada em abusos dos direitos humanos e no envolvimento em crimes de guerra e assassinios em massa. Ao longo dos anos, realizaram-se na Alemanha outros julgamentos, à medida que cada uma das potências ocupantes — os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a União Soviética e a França — ia acusando os nazis de diversos delitos⁵³. Os próprios alemães também formularam acusações relativas a diversos crimes cometidos durante o Terceiro Reich, e apesar de a «política» dos julgamentos por crimes de guerra sempre ter sido e ainda ser extremamente complexa, esses julgamentos continuaram a realizar-se intermitentemente até ao presente⁵⁴.

No entanto, foram os primeiros grandes julgamentos dos principais criminosos de guerra em Nuremberga que realmente chocaram a opinião pública. Apesar de no decurso da Segunda Guerra Mundial os governos aliados terem divulgado exemplos das atrocidades nazis cometidas, incluindo o assassinio em massa dos judeus, a tendência tinha sido para depreciar muitas dessas histórias por se assemelharem demasiado à exagerada propaganda antigermânica feita na sequência da Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, as quantidades maciças de informação apresentadas em Nuremberga tiveram pelo menos a virtude de tornar os crimes bastante mais claros.

A opinião pública, incluindo os cidadãos alemães, não estava preparada para aquilo que ficou a saber, mas de um modo geral era a favor dos julgamentos e aprendeu muito com eles⁵⁵. Ainda hoje é difícil acreditar em toda a dimensão das violações de direitos humanos, na enormidade da carnificina e na gravidade das inenarráveis crueldades.

Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e noutros países, os positivistas jurídicos têm geralmente afirmado que os julgamentos não foram válidos porque não se baseavam num direito internacional existente. Esta posição foi rejeitada pelos pragmáticos teorizadores do direito natural, que insistiram no facto de, pelo contrário, os julgamentos terem sido necessários, pois a civilização precisava de se proteger face a uma criminalidade sem quaisquer precedentes. Estas duas abordagens continuam a ser adoptadas no debate académico e são importantes para a compreensão de questões contemporâneas como o recente debate sobre o novo Tribunal Penal Internacional

(TPI) de Haia⁵⁶. Em 1945, foram indeferidas todas as objecções legais e filosóficas, e os julgamentos realizaram-se, mais ou menos nos moldes desejados pelos pragmáticos teorizadores do direito natural⁵⁷.

Robert Gellately

COMO SE OBTIVERAM E PRESERVARAM AS ENTREVISTAS DE NUREMBERGA

Durante as entrevistas que realizou em Nuremberga, nas celas dos prisioneiros, Leon Goldensohn tomara extensas notas manuscritas. As entrevistas eram dactilografadas alguns dias depois. Quando Leon saiu do exército em 1946, levou consigo todos esses documentos e manteve-os até 1950 no apartamento que tinha em Nova Iorque, transportando-os depois para a casa de Tenafly, Nova Jersey, onde morou até morrer, em 1961.

Durante muitos anos depois da morte de Leon, a sua viúva, Irene, manteve intactos os blocos de notas, as entrevistas dactilografadas, as notas de conferências e outros materiais relacionados (incluindo a correspondência pessoal), na casa que foi de ambos.

Em 1970, quando se mudou para um pequeno apartamento em Fort Lee, uma localidade próxima, vendeu quase toda a biblioteca a um negociante de Englewood. Nesse lote, estavam inadvertidamente incluídos vários livros escritos por alguns dos arguidos, os quais Leon comprara numa livraria de Nuremberga. Os livros estavam autografados — alguns dos autores haviam escrito breves mensagens dirigidas a Leon no frontispício; outros limitaram-se a assinar. Mais tarde, estes livros foram comprados ao mesmo negociante de Englewood pelo dr. John Lattimer (um colega meu do Columbia-Presbyterian Medical Center de Nova Iorque). O dr. Lattimer perguntou-me se eu conhecia o tal «major Goldensohn» referido nos frontispícios. Expliquei-lhe que o Leon era meu irmão e tivemos depois vários encontros agradáveis em que lhe fui passando informação a seu respeito. O dr. Lattimer enviou-me fotocópias dos frontispícios para o caso de pretender utilizá-los.

Em 1983, Irene entregou os restantes materiais de Nuremberga aos filhos. Em 1994 — em resposta à minha antiga proposta para rever

o trabalho e discutir a sua possível publicação —, dois dos filhos de Leon (Daniel, de São Francisco, na Califórnia, e Julia, de Jackson, no Wyoming) concordaram em enviar-me todo o material que possuíam e que foi chegando aos poucos, ao longo de vários meses.

Os originais das entrevistas dactilografadas e das cópias em papel químico encontram-se actualmente num cofre do M&T Bank de Nyack, no estado de Nova Iorque. Os planos de Leon para publicação, de que falava na correspondência que enviou do estrangeiro, as notas de conferências posteriores e seis dos seus inúmeros blocos de notas também se encontram na minha posse.

Eli Goldensohn

NOTA SOBRE O AUTOR

Leon Nathaniel Goldensohn nasceu a 19 de Outubro de 1911, na cidade de Nova Iorque. Em 1932, completou o bacharelato em artes e ciências pela Universidade Estadual do Ohio e, em 1936, terminou o curso de medicina pela Escola de Medicina da Universidade George Washington. Fez o internato em neurologia no Hospital Montefiore de Nova Iorque e em psiquiatria no Hospital Rockland do estado de Nova Iorque e no Instituto de Psiquiatria William Alanson White. Goldensohn tinha licença para exercer tanto neurologia como psiquiatria e foi um dos membros fundadores da Academia de Psicanálise.

Em 1943, o dr. Goldensohn entrou para a 63.^a Divisão de Infantaria do Exército do Mississípi, com a patente de capitão. No teatro de guerra europeu, serviu como psiquiatra da 63.^a Divisão de Infantaria na campanha contra a Alemanha, tendo alcançado a patente de major e recebido diversas condecorações. A 29 de Setembro de 1945, o major Goldensohn foi destacado para o 121.^o Hospital de Nuremberga.

A 3 de Janeiro de 1946, Goldensohn recebeu ordens no sentido de integrar a Unidade de Segurança Interna de Nuremberga, onde foi designado psiquiatra da prisão do Tribunal Militar Internacional, associada aos julgamentos de Nuremberga. Exerceu essa função até 26 de Julho, mantendo-se em contacto quase diário com os arguidos que lá se encontravam detidos. Após completar esta missão, o major Goldensohn foi promovido a tenente-coronel.

Depois de regressar à vida civil, o dr. Goldensohn passou a exercer psiquiatria num consultório próprio, na cidade de Nova Iorque. Além disso, dava aulas no Instituto de Psiquiatria William Alanson White, era consultor dos seminários práticos de orientação no Teachers College, uma instituição associada à Universidade de Columbia, e realizava palestras na Universidade de Nova Iorque. Morreu de ataque cardíaco aos cinquenta anos de idade, a 24 de Outubro de 1961.

NOTA SOBRE O ORGANIZADOR

Robert Gellately é professor catedrático de História na Universidade do Estado da Florida e um dos autores de referência para a Alemanha nazi. Entre outras obras, escreveu *The Gestapo and the German Society: Enforcing Racial Policy, 1933-1945* e *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany*. Vive em Tallahassee, na Florida.

Entrevistas de Nuremberga

FOI COMPOSTO EM CARACTERES HOEFLER TEXT E
IMPRESSO PELA GUIDE, ARTES GRÁFICAS, SOBRE
PAPEL PRINT SPEED DE 80 GRS, NUMA TIRAGEM
DE 2500 EXEMPLARES, EM OUTUBRO DE 2006.

